



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE CONTRATOS**

CONTRATO Nº 02/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E A TRANE ECHNOLOGIES INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AR-CONDICIONADO LTDA.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife, PE, CEP 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, nomeado pelo *Decreto de 10 de outubro de 2023* da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **TRANE TECHNOLOGIES INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AR-CONDICIONADO LTDA.** inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 01.610.517/0018-03**, sediada na Alameda Juari, 559, Cond Armazém Salão 03, Barueri, SP, CEP 06460-090, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Felipe Eduardo Simon Witt, Diretor, conforme 62ª Alteração do Contrato Social acostada aos autos e pelo Procurador Sr. Regis Yudi Ogawa, conforme Procuração acostada aos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23076.088098/2024-43** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da *Contratação Direta* por **Inexigibilidade de Licitação**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1.O objeto do presente instrumento é a contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção técnica, preventiva e corretiva do sistema de climatização do Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia (i-LITPEG), composto por 3 (três) resfriadores de líquido a ar, tipo parafuso, série R; alimentação elétrica: 380V/60Hz; potência nominal de 410Kw; corrente de partida: 923A; capacidade: 250TR; fabricante: TRANE; modelo: RTAC 250; tipo: parafuso; localizado no *campus* Recife da UFPE, incluindo mão de obra (sem dedicação exclusiva), emprego de ferramentas, insumos, equipamentos, fornecimento das peças e componentes genuínos necessários à execução dos serviços, conforme condições e exigências estabelecidas no **Termo de Referência nº 105/2024**, que norteou a contratação;

1.2.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- i) O **Termo de Referência nº 105/2024**, que segue anexo a este Contrato, **documento 50** do processo administrativo indicado no preâmbulo deste Contrato;
- ii) A Autorização de Contratação Direta pelo Reitor, **doc. 27** do mesmo processo;

- iii) A Proposta da CONTRATADA constante do processo administrativo ao qual se vincula a contratação direta, **doc. 56**; e anexa a este Contrato.
- iv) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é **de até 12 (doze) meses contados de 06 de maio de 2025, improrrogável**, na forma do art. 74, I, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 338.323,38 (trezentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos)**, sendo R\$ 112.774,46 (cento e doze mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), correspondente a cada um dos três equipamentos que compõem o sistema de refrigeração objeto deste contrato.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

7.1.1. A presente estimativa de preços considera os preceitos dispostos no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013. Para a obtenção dos preços máximos estabelecidos foi promovida pesquisa junto a fornecedores do ramo, conforme permite o art. 6º do respectivo Decreto, vista a impossibilidade, devido a peculiaridades da contratação pretendida (quantitativo de equipamentos, as diferentes faixas de capacidade de refrigeração, a presença de ACJ e SPLIT, e a definição de peças e serviços para manutenção sob demanda), de se obter a presente estimativa através da Tabela SINAPI ou contratações similares feitas pela administração pública, conforme preconizado pelo referido Decreto.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços

iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- i) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- ii) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- iii) Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- iv) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- v) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- vi) Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- vii) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- viii) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato, quando couber;
- ix) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

- xi) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- xii.a) A CONTRATANTE terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- xii) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- xiii) Notificar o emitente da garantia quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021);
- xiv) Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- xv) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- xvi) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- xvii) Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto, quando for o caso:
 - a) “*as built*”, elaborado pelo responsável por sua execução;
 - b) Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - d) Carta “habite-se”, emitida pela prefeitura; e
 - e) Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- xviii) Arquivar, entre outros documentos, de projetos, “*as built*” especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- xix) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- xx) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

- xxi) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1.A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- i) Manter preposto aceito pela CONTRATANTE no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
 - i.1) A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pela CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade;
- ii) Atender às determinações regulares emitidas pelo(a) fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles(elas) solicitados;
- iii) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, no que couber e for pertinente ao objeto da contratação;
- iv) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- v) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- vi) Efetuar comunicação à CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- vii) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

- viii) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no quadro funcional da CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- ix) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- x) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- xi) Comunicar ao(à) fiscal(a) do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- xii) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- xiii) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- xiv) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- xix) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- x) Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- xi) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- xii) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

- xiii) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- xiv) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- xv) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- xvi) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- xvii) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- xviii) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
 - i) Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no **Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia (i-LITPEG)**, no **Campus Joaquim Amazonas**: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, 50670-901, Recife, Brasil. Coordenadas geográficas: -8.0523252,-34.9472818;
 - i.i. O(s) técnico(s) deverá(ão) se deslocar ao local da repartição.
- xix) Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;
- xx) Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- xxi) Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- xxii) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- xxiii) Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

- xxiv) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- xxv) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- xxvi) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- xxvii) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- xxviii) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- xxix) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- xxx) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- xxxi) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- xxxii) Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;
- xxxiii) Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e legislação correlata;
 - c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela [Portaria nº 253, de 18/08/2006](#), do Ministério do Meio Ambiente, e [Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014](#), quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
 - d) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- xxxiv) Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:
- i) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
 - ii) Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
 - b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo

- dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
 - d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- iii) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
 - iv) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- xxxv) Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental: **a)** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte; **b)** Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.
- xxxvii) Nos termos do [artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

- xxxviii) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;
- xxxix) Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;
- xl) Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.2. As partes somente serão responsáveis pelos danos diretos que causarem uma à outra, desde que devidamente comprovado, ficando qualquer reivindicação relativa a danos indiretos, danos emergentes e/ou lucros cessantes, **limitada ao valor do contrato**.

CLÁUSULA DEZ- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#);
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- 10.4. A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA;
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;
- 10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- 10.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;
- 10.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;
- 10.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado,

com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela CONTRATANTE nas hipóteses previstas na LGPD;

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

10.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1.A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade seguro-garantia, no **valor de R\$ 16.916,17 (dezesseis mil, novecentos e dezesseis reais e dezessete centavos)**, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, mediante **Apólice de Seguro Garantia nº 02-0775-1263263**, proposta 5227691, emitida em 02/05/2025, pela **JUNTO SEGUROS S.A.**, com **vigência de 05/05/2025 a 03/08/2026**;

11.2.A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **subitem 11.3** deste contrato;

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE;

11.6. A garantia assegurará o pagamento de:

v) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

vi) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

vii) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **subitem 11.6**, observada a legislação que rege a matéria;

11.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

11.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada;

11.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

11.11. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

11.12. Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#);

11.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente;

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

11.16. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Declaração de Dispensa de Licitação e neste Contrato;

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. A CONTRATADA comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), se:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do **subitem 12.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **subitem 12.1** deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do **subitem 12.1**, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor deste contrato.
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do **subitem 12.1**, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor deste contrato.
- (5) Para infração descrita na alínea “b” do **subitem 12.1**, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor deste contrato.
- (6) Para infrações descritas na alínea “d” do **subitem 12.1**, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- (7) Para a infração descrita na alínea “a” do **subitem 12.1**, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor deste contrato.
- (8) De 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50 da Lei nº 14.133/2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#);

12.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.9. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#);

12.11. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA 13 – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei;

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.5. O contrato poderá ser extinto:

- a) caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- b) caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA 14 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

	Gestão/Unidade:	15233 – 156905;	
	Fonte de Recursos:	Tesouro/Próprio;	
I.	Programa de Trabalho:	12.364.5113.20RK.0026	– Funcionamento de IFES – Pernambuco.
II.	Elemento de Despesa:	3390.39	– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
III.	Plano Interno:	M0002G0125N;	
IV.	Nota de Empenho:	2025NE0003	(documento 52, p. 37-38, do processo indicado no preâmbulo deste Contrato).

14.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA 15 – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 16 – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA 17 – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA 18 – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Recife, 16 de abril de 2025.

CLÁUSULA 17 – PUBLICAÇÃO

17.2. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA 18 – FORO (art. 92, §1º)

18.2. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Recife, 06 de maio de 2025.

Alfredo Macedo Gomes
Reitor
Universidade Federal de Pernambuco
CONTRATANTE

Felipe Eduardo Simon Witt
Diretor
Trane Technologies Indústria, Comércio e Serviços de Ar-Condicionado Ltda.
CONTRATADA

Regis Yudi Ogawa
Procurador
Trane Technologies Indústria, Comércio e Serviços de Ar-Condicionado Ltda.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª

2ª

Termo de Referência 105/2024

TERMO DE REFERÊNCIA - OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - CONTRATAÇÃO DIRETA

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
105/2024	153080-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	FABIANA ALVES DO NASCIMENTO	07/01/2025 09:08 (v 7.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23076.088098 /2024-43

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação em caráter emergencial de empresa especializada na prestação de serviço de Manutenção Técnica, Preventiva e Corretiva, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de peças e materiais, para atender ao Sistema de Climatização do Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia (i-LITPEG), localizado no Campus Recife da UFPE, incluindo mão de obra (sem regime de dedicação exclusiva), emprego de ferramentas, insumos, equipamentos, fornecimento de peças e componentes genuínos necessários à execução dos serviços,; conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

1.1.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Quadro 1 - Descrição dos serviços

ITEM	EQUIPAMENTO	FABRICANTE	MODELO	TIPO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção preventiva e corretiva, conforme recomendação do fabricante, em resfriador de líquido a ar, tipo Parafuso Série R. Alimentação elétrica 380V /60Hz. Potência nominal 410kW. Corrente de Partida 923 A. CAPACIDADE 250TR com fornecimento de peças e materiais constantes do Anexo I.	TRANE	RTAC 250	PARAFUSO	3	112.774,46	338.323,38
							338.323,38

1.2. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses , contados do(a) da assinatura do contrato pelas partes, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O custo estimado da contratação é de R\$ 338.323,38 (trezentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), conforme os itens apostos na tabela acima;

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global;

1.5. Conforme art. 74º, inciso I, § 1º da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação adotará o processo licitatório na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Conceitos Iniciais

3.1.1. As manutenções das unidades resfriadoras de água gelada tipo parafuso a ar (Chillers) serão executadas obedecendo às prescrições do fabricante e às recomendações do Anexo II.

3.1.2. A empresa a ser CONTRATADA deve assumir a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de reposição e materiais de consumo necessários à revisão, fixação, correção de vazamentos, limpeza, testes, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos, cuja manutenção seja objeto do contrato a ser firmado.

3.1.3. Na contratação devem estar inclusos todos os custos operacionais, mão de obra, emprego de ferramentas, instrumentos, equipamentos e transportes necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos. Também devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.1.4. Os serviços, ora pleiteados, serão prestados no seguinte endereço:

(i) Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia (i-LITPEG) – Campus Joaquim Amazonas, Recife: Av. da Arquitetura – Cidade Universitária, Recife-PE, CEP 50740-540. Coordenadas geográficas: -8.053967, -34.953093.

3.1.5. Os serviços serão realizados nos dias úteis, das 8h às 17h, e deverão ser agendados previamente para que a fiscalização possa se programar, a fim de acompanhar a execução dos serviços.

3.1.6. Excepcionalmente os serviços poderão ser reprogramados para dias não úteis e para horários diversos do informado (das 8h às 17h), desde que os custos adicionais não sejam repassados à contratante, ou seja, todos serão arcados pela CONTRATADA.

3.2. Prazos e Produtividade

3.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar um cronograma de execução dos serviços, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato. O cronograma deverá ser apresentado à gestão contratual numa reunião inicial.

3.2.2. Caso algum serviço não possa ser realizado na data ou horário informados no cronograma, devido a alguma adversidade ou imprevisto que ocorra com o LITPEG ou com a CONTRATADA, o mesmo deverá ser reagendado pela CONTRATADA juntamente com o fiscal setorial.

3.3. Relatório técnico, fornecimento de peças e garantia

3.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar um relatório final dos serviços prestados, por escrito, conferido e assinado por seu responsável técnico, constando informações tais como:

1. Serviços executados;
2. Resumo das anormalidades ocorridas no período;
3. Resumo dos serviços preventivos executados, com indicação das pendências e suas razões, que dependam de solução por parte da fiscalização;
4. Peças substituídas por defeito ou desgaste;
5. Sugestões sobre reparos preventivos, com parecer sobre o estado geral dos aparelhos, assinado pelo responsável técnico.

3.3.2. O relatório deverá ser apresentado até o quinto dia útil subsequente ao mês de execução dos serviços, com a supervisão da fiscalização, constando o detalhamento histórico dos equipamentos.

3.3.3. A remoção de qualquer componente e/ou peça para conserto em oficina da CONTRATADA estará condicionada à prévia autorização da fiscalização técnica (mediante emissão de termo de retirada), sob pena de sanção contratual. Todo componente ou peça deverá sair do prédio apenas com autorização assinada pelo fiscal.

3.3.4. As despesas com a desinstalação, o transporte quando da retirada e da devolução, o devido acondicionamento para o transporte, e a reinstalação do equipamento, componente e/ou peça ocorrerão por conta da CONTRATADA, que responderá por quaisquer danos causados ao material.

3.3.5. Caso haja impossibilidade de fornecimento das peças nos prazos indicados no cronograma de execução, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa fundamentando a impossibilidade do fornecimento e instalação, indicando prazo máximo para atendimento, sob pena de incorrer em sanção contratual.

3.3.6. Para os serviços executados, a CONTRATADA deverá oferecer garantia de seis meses, a partir do aceite definitivo, não arcando a UFPE com quaisquer custos adicionais, se necessário, durante a garantia, de algum reparo complementar no serviço prestado.

3.3.7. Para as peças de reposição fornecidas, a CONTRATADA deverá oferecer garantia mínima de 90 (noventa) dias, devendo repassar à UFPE, ainda, o(s) prazo(s) de garantia concedidos pelo(s) fabricante(s) das peças substituídas, caso superior(es) ao exigido.

3.3.8. Todas as peças fornecidas e instaladas pela CONTRATADA deverão ser genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior.

3.3.9. A CONTRATADA deverá repor, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, qualquer objeto comprovadamente danificado ou extraviado por seus empregados.

3.3.10. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado pelo fiscal técnico, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução.

3.3.11. O fiscal setorial do contrato poderá acompanhar a substituição para certificar-se da efetividade dos serviços. Ficando ao fiscal técnico as atividades de inspeção do emprego de componentes e peças nos serviços corretivos, observando os aspectos técnicos.

3.3.12. No momento do término da execução dos serviços em uma máquina, a CONTRATADA deverá coletar a assinatura do fiscal setorial ou de outro servidor da UFPE responsável pelo equipamento, em um comprovante de execução de serviços, cujo modelo será fornecido posteriormente pela UFPE.

4. Requisitos da contratação

4.1. empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de manutenção em unidades resfriadoras de água gelada tipo parafuso a ar (Chillers);

4.2. Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.2.1. O descarte de peças, acessórios, equipamentos, óleos lubrificantes, gases, combustíveis e baterias deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, e deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade conforme determina a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010, no caso de baterias; e, de modo amplo, o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto nº 9.178/2017), Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01 de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, e demais legislações ambientais e no que couber durante a realização das manutenções no CNMP.

4.2.2. Os bens/materiais, quando aplicável, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

4.2.3. As peças e itens aplicados durante todo o contrato devem ser referencialmente condicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte.

4.2.4. Os materiais e peças empregados não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.2.5. A futura contratada deverá realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, em observância ao decreto nº 5.940/2006.

4.2.6. Onde couber, devem ser observados os requisitos ambientais com a utilização de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Para isso deve-se apresentar a composição dos produtos a serem utilizados em comparação com seus similares, destacando-se as qualidades que lhes conferem ser sustentáveis ou que acarretem menor impacto ambiental.

4.2.7. A futura contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

4.3. O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, com efeitos financeiros a partir do recebimento da ordem de serviço. O prazo de vigência não poderá ser prorrogado em virtude de seu CARÁTER EMERGENCIAL.

4.4. Não há necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, por se tratar de serviço que não guarda particularidades em sua execução.

4.5. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.6. Não será aceita participação de:

- i. entidades empresariais reunidas em consórcio visando à participação no certame convocatório sob a justificativa de que o objeto convocado não apresenta grande vulto, nem alta complexidade técnica, não se maculando, portanto, a competitividade do certame; e
- ii. sociedades cooperativas, considerando que os serviços a serem contratados implicam em tarefas que não são passíveis de execução com autonomia por cooperados, exigindo relação de subordinação e habitualidade.

4.7. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas tópicos específicos deste documento.

4.8. Não será admitida a subcontratação.

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.9.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.9.3. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.10. VISTORIA

4.10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta comercial, a empresa poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por técnico de refrigeração ou servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone e/ou e-mail da Gestão Predial do LITPEG: (81) 3879-5858 ou (81) 99695-3076, gabriela.aguiar@ufpe.br ou phillipe.gsilva@ufpe.br.

4.10.2. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a empresa vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.10.4. A empresa que NÃO vistoriar os locais assumirá todo o ônus referente ao não conhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir dessa visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a realização efetiva do serviço, principalmente quanto ao estado atual dos equipamentos.

4.10.5. A empresa deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica constante no Anexo II.

5.1.1. A prestação de serviços fora das especificações indicadas neste instrumento implicará a recusa por parte da UFPE, e deverá ser corrigida pelo fornecedor imediatamente sem que acarrete despesa adicional, de qualquer natureza, para a UFPE.

5.1.2. Os trabalhos serão acompanhados pela fiscalização técnica indicada pela Contratante, que deverá apresentar à Gestão do Contrato relatórios sobre os serviços prestados (objeto da contratação).

5.1.3. Mediante acerto prévio entre a prestadora do serviço e a fiscalização, o serviço poderá ser realizado em finais de semana e/ou feriados, sem que implique quaisquer acréscimos no preço do serviço.

5.2. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

No valor unitário deverão estar inclusos todos os custos decorrentes da prestação dos serviços, tais como custo com mão de obra, material, deslocamento, encargos trabalhistas e fiscais, Equipamento, Frete, Combustível, Alimentação de motorista/operador, Alojamento de motorista/operador, Custos com motorista/operador; Fornecimento de insumos, de equipamentos e de peças sobressalentes, Fornecimento de materiais de amarração (cabos de aço (isótopos), cintas e manilhas, Seguro para execução dos serviços.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A gestão contratual caberá ao servidor Daniel Jorge de Souza Moura, Matrícula SIAPE 1629387, telefone: (081) 3879-5858, e-mail: daniel.smoura@ufpe.br, lotado no Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia. Ele será substituído, nas faltas e ausências, pela servidora Gabriela de Aguiar Silva, Matrícula SIAPE 2058399, endereço eletrônico: gabriela.aguiar@ufpe.br, telefone: (81) 3879-5858, lotada no Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia.

6.3.1. Caberá ao Gestor:

- a. Solicitar à contratada ou a seu preposto, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- b. Adotar registro documental de ocorrências de todas as não conformidades ao contrato, detectadas pela Fiscalização, conforme o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021;
- c. Exigir da Contratada a correção das falhas verificadas, bem como a substituição de profissionais cuja conduta ou desempenho mostrem-se insatisfatórios;
- d. Recomendar a aplicação das sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela contratada das obrigações contratuais;
- e. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- f. Solicitar, se julgar necessário, assessoramento técnico, contábil e jurídico no intuito de garantir o cumprimento do objeto contratado;
- g. Liberação da fatura (nota fiscal) para pagamento após o ateste da fiscalização e de conferência contábil;
- h. A gestão será exercida no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurada ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais;
- i. Caberá a cada CONTRATANTE aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.

6.4. A fiscalização técnica do contrato caberá ao seguinte servidor: Phillipe Caetano Gomes da Silva, SIAPE: 2170755, telefone: (081) 3879-5858, e-mail: phillipe.gsilva@ufpe.br@ufpe.br, lotado no Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia da UFPE.

6.5. Visando a evitar discontinuidades na execução dos serviços prestados, bem como atrasos na correção de eventuais falhas, as comunicações a serem estabelecidas entre a UFPE e a empresa contratada, por meio do preposto designado, dar-se-á preferencialmente por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (Artigo 44, § 2º, da IN SEGES/MP nº 05/2017).

6.6. Será adotada durante a vigência contratual, o Instrumento de Medição do Resultado (IMR), Anexo IV deste Projeto Básico, ao qual se refere o subitem 6.11 deste documento, contemplando 04 indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela equipe gestora do contrato, visando a garantir a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

6.7. Os indicadores definidos refletem fatores que estão sob o controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato e são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços, quais sejam:

1. **Indicador 01:** Peças empregadas nas manutenções;
2. **Indicador 02:** Falta de uso de ferramentas, de equipamentos, de materiais de consumo ou de peças;
3. **Indicador 03:** Tempo para a conclusão dos serviços prestados;
4. **Indicador 04:** Acionamento de garantia (Retorno e retrabalho).

6.8. A equipe gestora do contrato enviará à contratada o resultado da avaliação dos indicadores após o término dos serviços, para que a empresa prestadora dos serviços possa emitir a devida fatura.

6.9. A contratada deverá manter registro diário de frequência e desenvolver um programa de controle de qualidade visando a eliminar ou a minimizar as desconformidades porventura detectadas ao longo da execução contratual.

6.10. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária indicada pela Prestadora dos serviços, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal pelo gestor do contrato, após receber relatório circunstanciado da fiscalização e verificação pelo Departamento de Contabilidade e Finanças - DCF da regularidade fiscal dos impostos federais (mediante consulta ao SICAF).

6.11. O faturamento deverá observar a efetiva utilização dos itens de serviço detalhados neste Projeto Básico.

6.12. A fatura que for apresentada com erro será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo acima definido, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.13. REAJUSTE

6.13.1. Os preços contratados serão reajustados, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do CONTRATADO.

6.13.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

6.13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

6.13.4. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

6.13.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.13.6. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

6.13.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.13.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

6.13.9. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

6.13.10. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.13.11. O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

6.13.12. O reajuste dos preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pela UFPE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal /Fatura.

7.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este instrumento.

7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados da UFPE;
4. o período de prestação dos serviços;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a prestadora dos serviços providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.7.1. não produziu os resultados acordados;

7.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.9. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.11. Previamente à emissão de nota de empenho e ao pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a UFPE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, a UFPE deverá adotar as medidas necessárias à conclusão da execução dos serviços nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.14.1. Serão suspensos os serviços em execução com a empresa inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da UFPE.

7.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa da UFPE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela UFPE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \left(\frac{6}{100} \right)$

365

I = TX = Percentual da taxa anual = 6%

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso I, § 1º da Lei nº 14.133/2021

8.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, compreendendo o cadastro da empresa no SICAF previamente à contratação, conforme disciplinado neste Projeto Básico.

8.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.3.1. Certidão de Registro do fornecedor perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, válida;

8.3.2. Atestado(s) de aptidão técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou serviços e está apta para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e capacidade com o objeto licitado. Com a seguinte parcela de maior relevância de manutenção preventiva e corretiva em sistema de climatização (Chiller), por grupo:

8.3.2.1. Atestado (s) de aptidão técnica, com experiência mínima:

Manutenção em unidades resfriadoras de água gelada tipo parafuso a ar (chillers) ou em Sistema de Climatização de Água Gelada (chiller) com condensação de ar.

8.3.2.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.3.3. Designação de Responsável Técnico, Engenheiro Mecânico, registrado no CREA, pertencente ao quadro permanente da prestadora dos serviços no ato da execução, acompanhada de Certidão(ões) de Acervo Técnico, devidamente registrada(s) no CREA, por execução de serviço, para empresa privada ou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, de características semelhantes ao objeto licitado, cujas parcelas de maior relevância técnica são:

8.3.3.1. Certidão(ões) de Acervo Técnico com parcelas de maior relevância técnica em:

Manutenção Corretiva em unidades resfriadoras de água gelada tipo parafuso a ar (chiller)

8.3.3.2. A designação deverá ser firmada pelo representante legal do fornecedor;

8.3.3.3. O(s) nome(s) do(s) profissional(is) designado(s) responsável(is) técnico(s) deve(m) constar obrigatoriamente da certidão de registro da licitante perante o CREA. Em se tratando de prestador de serviço apresentar o seu registro atualizado perante o CREA, se for o caso;

- a. profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da licitação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);
- b. prestador de serviços (Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);
- c. empregado;
- d. sócio;
- e. diretor

8.3.3.4. a comprovação de vinculação do(s) profissional(is) detentor(es) da(s) certidão(ões) de acervo técnico, far-se-á por meio dos seguintes documentos:

- a. Profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto licitado e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;
- b. Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;
- c. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;
- e. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.

8.4. Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaria para quaisquer questionamentos futuros que ensejassem avenças técnicas ou financeiras.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 338.323,38

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 338.323,38 (trezentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), conforme custos apostos na tabela acima

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 15233/156905;

II) Fonte de Recursos: TESOURO/FUNCIONAMENTO DAS IFE'S;

III) Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK;

IV) Elemento de Despesa: 3390.39;

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela fornecedora, de acordo com as cláusulas deste projeto e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a prestadoras dos serviços por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Pagar à fornecedora o valor resultante da prestação do serviço no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico.

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da fornecedora, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas prestadoras de serviços terceirizados.

10.6.3. Considerar os trabalhadores da terceirizada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto deste Projeto Básico.
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela empresa terceirizada.
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a fornecedora houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26º, da Lei nº 14.333, de 2021.
- 10.12. Fiscalizar a execução dos serviços.
- 10.13. Aceitar ou recusar os motivos alegados pela empresa para configurar caso fortuito ou de força maior, dando por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação.
- 10.14. Notificar a empresa prestadora dos serviços de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.
- 10.15. Permitir o acesso dos empregados da fornecedora às dependências do LITPEG para a realização dos serviços solicitados.
- 10.16. Efetuar o pagamento à Empresa, após a confirmação da efetiva prestação dos serviços.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se por todos os impostos, seguros, taxas e encargos decorrentes, nos termos da Lei nº 14.133 /2021.
- 11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a UFPE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à fornecedora, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na UFPE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização dos serviços, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela UFPE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

11.11. Paralisar, por determinação da UFPE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16. No momento do término da execução dos serviços em uma máquina, a CONTRATADA deverá coletar a assinatura do fiscal setorial ou de outro servidor da UFPE responsável pelo equipamento, em um comprovante de execução de serviços, cujo modelo será fornecido posteriormente pela UFPE.

11.17. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.19. Manter durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

11.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da UFPE;

11.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.24. Atender aos critérios de sustentabilidade definidos neste PB e abaixo:

11.24.1. As diretrizes de sustentabilidade previstas neste PB baseiam-se no Art. 45º da Lei 14.133, de 2021, e na redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010; Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 5º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; incisos I, II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010; Art. 225º Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Além das diretrizes acima, faz-se necessário observar as recomendações de soluções economicamente viáveis previstas no Guia Nacional de Licitações sustentáveis da Advocacia Geral da União.

11.25. Em hipótese alguma, será admitido que a CONTRATADA promova desligamento(s) de energia ou de quaisquer equipamentos de propriedade da UFPE sem a divulgação e consentimento prévio e formal do Fiscal. As eventuais ocorrências desta natureza serão passíveis da aplicação de multa e adoção das demais sanções administrativas previstas em Contrato, mesmo que oriunda de acidente, ato involuntário, imperícia ou imprudência de seus funcionários.

11.26. As despesas (transporte, diárias, alimentação) advindas com a locomoção do(s) técnico(s) para manutenção, correrão por conta da CONTRATADA.

11.27. Os profissionais da CONTRATADA deverão dispor de serviço móvel pessoal-SMP (aparelho celular ou rádio comunicação) que permita comunicação, enquanto vigente o contrato de prestação dos serviços objeto do presente ETP, de modo que possam ser rapidamente localizados pela fiscalização da SINFRA/DME-UFPE. Neste item compreende-se como comunicação a escrita ou fala, seja por ligação de voz, ou aplicativos de mensagem.

11.28. Qualquer dúvida que a CONTRATADA possua sobre alguns dos serviços deve ser questionada formalmente e previamente ao CONTRATANTE de forma que, depois de solucionada, os serviços sejam executados sem percalços, de modo que todos os defeitos, erros, danos, falhas e quaisquer eventos ocorridos no decorrer dos serviços, provenientes de dolo ou culpa dos empregados, engenheiros, operários ou subempreiteiros, má execução dos serviços ou emprego de materiais de qualidade inferior aos especificados, serão desfeitos e reconstituídos pela CONTRATADA, exclusivamente as suas custas, dentro do prazo determinado pela fiscalização do CONTRATANTE.

11.29. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE quaisquer irregularidades no sistema condicionador de ar que não possam ser sanadas nos termos do contrato.

12. SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam :

12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o atraso na disponibilização do acesso às ferramentas e serviços em relação ao mês previsto para início da execução do contrato, sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;

12.1.9. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Advertência pela falta do subitem 12.1.1. deste projeto básico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do(s) do item(itens) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.4 a 12.1.6 e 12.1.8 a 12.1.12;
- c. Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 12.1.7, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total;
- d. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem 12.1.3 (inexecução total do contrato).
- e. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 e 12.1.7 deste projeto básico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- f. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

12.3.7. A aplicação das sanções previstas neste projeto básico não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.3.8. A penalidade e de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.3.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.4. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal adotado por este Regional.

12.5. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. Resta afastada qualquer sanção administrativa em caso de eventual atraso, bem como inexecução parcial ou total decorrentes das situações originadas de caso fortuito, força maior, fato ou ato de terceiro, desde que comprovados, devido à imprevisibilidade e inevitabilidade que as revestem, impossibilitando a regular execução do objeto.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO VALADAO CARELLI

Autoridade competente

DANIEL GARRETT FEITOSA

Equipe de apoio

YEDA MEDEIROS BASTOS DE ALMEIDA

Responsável pela contratação direta

PHILLIPE CAETANO GOMES DA SILVA

Equipe de Planejamento

DANIEL JORGE DE SOUZA MOURA

Equipe de Planejamento

GABRIELA DE AGUIAR SILVA SANTOS

Equipe de Planejamento

FABIANA ALVES DO NASCIMENTO

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I. DESCRICAO DAS PECAS.pdf (58.67 KB)
- Anexo II - ANEXO II. ESPECIFICACOES TECNICAS.pdf (38.48 KB)
- Anexo III - ANEXO III. MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA.pdf (32.88 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV. IMR.pdf (94.95 KB)

ANEXO I - DESCRIÇÃO DAS PEÇAS A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA

Item	Descrição	Quant.
1	Anel Oring Borracha Elastom. Diam Ext 23,56 MM X 2,95 Cordão	6
2	Chicote com conexão global extensão de 3937POL	18
3	Chicote de Comunicação com Conector Global Extensão de 2000 MM	9
4	Chicote de Comunicação em 24 Volts para Chiller CGADRTAC	15
5	Chicote de Comunicação em 24 Volts para Chiller CGADRTAC RTHD RTV	6
6	Chicote Eletrônico Munido de Conexão	3
7	Chicote para Comunicação de Módulos Eletrônicos de 24 Volts	6
8	CONT. CWB 9.11 (110V 50/60HZ) 9A	1
9	Filtro de Óleo Mineral para Compressor Semi Hermético	6
10	Gás refrig DUPONT/CHEMOURS - SUVA134A (CIL.13.62 KG Descartável)	4
11	Gaxeta em Policloropreno Revestido	6
12	Gaxeta vedação 031 X 04.16 X 3.38	2
13	Módulo duplo TRIAC saída com conectores CODE 00-718109	1
14	Óleo lubrificante sintético POLYOL ESTER em galão de 3,79 L	9
15	Sensor de Temperatura p/ CH530	6
16	Supervisor de Tensão Trifásico MPX 293/380V	3
17	Transdutor de pressão AKS1008	2
18	Válvula angular 1 1/8"	6
19	Válvula angular de 2 vias	1
20	Válvula Borboleta 5" tipo Wafer	4
21	Válvula de serviço angular para refrigeração de 14 NPTE X 38 SAE	12
22	Válvula de serviço de refrigeração de 14 NPTE	6
23	Válvula redutora de pressão e vazão	12

ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DOS SERVIÇOS

1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

- 1.1. Esta especificação tem por objetivo fornecer todos os subsídios para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **manutenção técnica, preventiva e corretiva**, em **unidades resfriadoras de água gelada tipo parafuso a ar (Chillers)**
- 1.2. A relação dos serviços, bem como seus quantitativos, encontra-se discriminada na planilha do ANEXO I.
- 1.3. Os serviços objeto deste documento serão executados por equipe, disponibilizada pela CONTRATADA, devendo, obrigatoriamente, indicar responsável técnico e obedecer aos requisitos de formação do profissional dispostas no PB.

2. PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS PELA CONTRATADA

- 2.1. Para todos os tipos de serviços, deve ser assegurado pelos funcionários da CONTRATADA que o equipamento se encontra desenergizado pelos botões, pelo disjuntor e com o cabo de alimentação desconectado.
- 2.2. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá realizar as seguintes ações:
- 2.2.1. Vistoria in loco das condições de trabalho, verificando: ponto de energia, suprimento de água, horários de acesso, guarda de equipamentos, guarda de produtos, segurança, etc.;
- 2.2.2. Prever, no plano de trabalho detalhado, o transporte de todo o material para a execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu armazenamento e estocagem;
- 2.2.3. Arcar com todas as despesas necessárias à implantação da infraestrutura de suporte, apontada e levantada no item acima, necessárias à execução dos serviços;
- 2.2.4. Fazer o levantamento das condições de risco dos serviços a serem executados, e a implementação das ações mitigadoras necessárias, de forma a garantir as condições mínimas de segurança ao patrimônio e pessoas submetidas aos riscos decorrentes da execução dos serviços.
- 2.2.5. Combinar com o fiscal técnico, o dia e horário para a realização do serviço;
- 2.2.6. Verificar condições climáticas que impossibilitem o acesso aos equipamentos (chuva, vento, iluminação, etc.).

ANEXO III – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

Atestamos, para os devidos fins, que o(a) Sr(a). _____, R.G. _____, CPF _____, indicado(a) pela empresa _____, tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições locais para a prestação dos serviços, objeto da presente dispensa de licitação.

Recife, ... de de 20.. .

INSTITUTO DE PESQUISA EM PETRÓLEO E ENERGIA
(Assinatura e carimbo do servidor)

DE ACORDO:

REPRESENTANTE DA LICITANTE
(Nome, CPF e assinatura)

Observações:

1. A vistoria técnica requer agendamento prévio com a Coordenação de Infraestrutura do LITPEG, o qual deverá ser realizado das 8h às 17h, em dias úteis, por intermédio dos telefones: (81) 3879-5858/ (81) 99695-3076 ou do e-mail: gabriela.aguiar@ufpe.br. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao do envio da convocação, estendendo-se até a data final de envio das propostas.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário.
3. O profissional indicado pela empresa deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-lo ao servidor da Superintendência de Infraestrutura.

ANEXO IV – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços de manutenção em **unidades resfriadoras de água gelada tipo parafuso a ar (Chillers)**, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este anexo é parte indissociável do Projeto Básico, do contrato e de seus demais anexos.

2. INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de quatro indicadores de qualidade:

- Peças empregadas nas manutenções;
- Falta (ou não uso) de ferramentas, de materiais e de equipamentos necessários para a realização dos serviços;
- Tempo para a conclusão dos serviços prestados;
- Acionamento de garantia (retorno e retrabalho);

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.2.3. Para os indicadores 1 e 2 existe a necessidade da presença do preposto da contratada durante a visita ou vistoria realizada pela fiscalização do contrato.

2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 – PEÇAS EMPREGADAS NAS MANUTENÇÕES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Avaliar as peças empregadas nas manutenções de acordo com o indicado em projeto, manuais de fabricantes e catálogos técnicos.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência durante o mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências

Forma de acompanhamento	Pessoalmente, pelo fiscal técnico do contrato. No momento da ocorrência, a empresa será informada.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de peças desconformes empregadas no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 25 Pontos 1 ocorrência = 15 Pontos 2 ocorrências = 7 Pontos 3 ocorrências = 1 Ponto 4 ocorrências ou mais = 0 Ponto
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	Para o caso de quatro ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.
INDICADOR 2 - FALTA DE USO DE FERRAMENTAS, DE EQUIPAMENTOS, DE MATERIAIS DE CONSUMO OU DE PEÇAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de fornecimento, abastecimento dos materiais e das peças necessárias à execução do contrato
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoalmente, pelo fiscal técnico e setorial do contrato através de livro de registros ou relatório encaminhado à gestão do contrato.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Identificação de ocorrência de atraso ou não reposição no mês de referência da medição.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 25 Pontos 1 ocorrência = 15 Pontos 2 ocorrências = 7 Pontos 3 ocorrências = 1 Ponto 4 ocorrências ou mais = 0 Ponto

Sanções	Para o caso de quatro ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.
----------------	--

INDICADOR 3 - TEMPO PARA A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Manter as condições satisfatórias de execução dos serviços
Meta a cumprir	O tempo máximo para atendimento ao cronograma das manutenções é de até 120 dias, conforme vigência contratual, a contar da assinatura do instrumento pelas partes, não podendo ser prorrogado tendo em vista seu CARÁTER EMERGENCIAL.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências ou Análise de relatório com serviços de manutenção não atendidos no tempo previsto, considerando o mês referente à medição.
Forma de acompanhamento	Pessoalmente, pelo fiscal setorial do contrato através de livro de registros ou relatório encaminhado à gestão do contrato.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de serviços de manutenção atendidos com tempo de resposta superior à meta
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Ocorrências ou serviços de manutenção: (Percentual) Sem atrasos (Percentual = 0) → 25 pontos. (0 % < Percentual ≤ 1,0%) → 15 pontos. (1% < Percentual ≤ 2,5%) → 7 Pontos (2,5% < Percentual ≤ 5,0%) → 0 Pontos
Sanções	Para os casos que se enquadrarem na faixa (2,5% < Percentual ≤ 5,0%), a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto à resolução das demandas levantadas pela contratante o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo, o que será levado em conta pela fiscalização nesta análise quando for o caso.

INDICADOR 4 – AÇIONAMENTO DE GARANTIA (RETORNO E RETRABALHO)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a quantidade de vezes que a CONTRATANTE ficou com o equipamento parado devido a retrabalho, ou seja, peça substituída e que tenha dado o mesmo problema.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal setorial do contrato através de livro de registros.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Semanal, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 25 Pontos 1 ocorrência = 15 Pontos 2 ocorrências = 7 Pontos 3 ou mais ocorrências = 0 Pontos
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	Para o caso de três ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

$\text{PONTUAÇÃO TOTAL} = \sum [(\text{Total para o Indicador 1}) + (\text{Total para o Indicador 2}) + (\text{Total para o Indicador 3}) + (\text{Total para o Indicador 4})]$

3.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 50 a 59 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto mais multa	*0,90
*OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Para uma pontuação abaixo de 50 pontos a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.		

Logo:

<p align="center">Valor devido por Nota Fiscal = [(Valor mensal previsto) x (Fator ajuste de nível de serviço)]</p>
--

4. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (faixas de pontuação)	Pontos Previstos	Avaliação
1 – Peças empregadas nas manutenções.	Sem ocorrências	25	
	1 ocorrência	15	
	2 ocorrências	7	
	3 ocorrências	1	
	4 ocorrências	0	
2 - Falta de uso de ferramentas, de equipamentos, de materiais de consumo ou de peças.	Sem ocorrências	25	
	1 ocorrência	15	
	2 ocorrências	7	
	3 ocorrências	1	
	4 ocorrências	0	
3 - Tempo para a conclusão dos serviços prestados.	Sem atrasos	25	
	(0 % < Percentual ≤ 1,0%)	15	
	(1% < Percentual ≤ 2,5%)	7	
	(2,5% < Percentual ≤ 5,0%)	0	
4 - Acionamento da Garantia (retorno e retrabalho)	Sem ocorrências	25	
	1 ocorrência	15	
	2 ocorrências	7	
	3 ocorrências	0	



PROPOSTA COMERCIAL

Tratando-se de gerenciamento de energia e custos operacionais, as empresas nunca foram tão desafiadas como nos dias de hoje. Como a previsão é de crescimento contínuo do custo de energia, até mesmo pequenas melhorias na eficiência podem levar a economias orçamentárias significativas ao longo do tempo.

Esse é o motivo pelo qual os Serviços Prediais da Trane fornecem uma vasta gama de ofertas que possibilita usufruir de altos níveis de performance dos sistemas em suas instalações. Os Serviços Prediais da Trane oferecem exatamente o conhecimento especializado que você precisa em caso de instalação de novos equipamentos, manutenção em sistemas existentes ou atualização completa de sua infraestrutura.



TRANE
TECHNOLOGIES

PROPOSTA COMERCIAL

Para: LIPTEG

Att.: GABRIELA

Ref.: Corretiva

Proposta PTS-NE23-8484C

terça-feira, 4 de fevereiro de 2025

A TRANE tem a satisfação de apresentar a proposta técnica e comercial para prestação de serviços de Corretiva no equipamento(s) constante(s) no Item 1 desta proposta instalado(s) no(a): LIPTEG.

- 1. EQUIPAMENTOS**
- 2. SEGURANÇA**
- 3. SERVIÇOS PROPOSTOS;**
- 4. PREÇOS / SERVIÇOS**
- 5. CONDIÇÕES COMERCIAIS**
- 6. EXCLUSÃO**
- 7. VALIDADE DA PROPOSTA**
- 8. ORDEM DE COMPRA**
- 9. CONDIÇÕES GERAIS DE VENDAS**
- ANEXOS**

1. Equipamentos

Qtd	Equipamento	Numero de Série
1	RTAC250	B0118C0008
1	RTAC250	B0118C0009
1	RTAC250	B0118C0010

2. Segurança

A Trane preza pela segurança e qualidade em todas as atividades desenvolvidas pelos seus colaboradores, reservando-se o direito de não executar qualquer trabalho quando as condições de segurança do local de trabalho, ou instalação, ponham em risco a integridade física de seus funcionários ou subcontratados. Desta maneira, os técnicos Trane designados ao atendimento estão qualificados e habilitados a realizar todas as atividades corretivas listadas no item 3 desta proposta.

Para assegurar que os técnicos tenham conhecimento das normas de segurança do Cliente estamos prevendo que eles serão submetidos a um treinamento de integração no Cliente com duração máxima de 1 hora, ministrado pelo próprio Cliente no momento da chegada do técnico. Esta integração deverá conter todas as normas de segurança estabelecidas para a atividade de manutenção dos equipamentos, incluindo normas de comportamento e de circulação dentro do CLIENTE.

Estamos considerando os seguintes EPIs a serem usados pela nossa equipe:

- Uniforme de trabalho;
- Capacete;
- Óculos de segurança;
- Botas apropriadas;
- Protetores auriculares e luvas.

Adotaremos o Plano de Prevenção e Risco de Acidentes (PPRA) e o Plano Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) já existentes na Trane. Por gentileza, informar com antecedência sobre a existência de normas e procedimentos para atender as condições de segurança e meio ambiente específica de Vossa companhia, a fim de adequarmos o nosso fornecimento.

3. Serviços Propostos

Serão verificados todos os parâmetros de operação da unidade dentro de critérios estabelecidos pela Trane. Serviços serão executados por técnicos altamente capacitados e treinados com as melhores práticas utilizadas globalmente.

Descrição do escopo do Serviço

- Notificar cliente;
- Inspeção do equipamento;
- Desligar Chiller;
- **Substituição e configuração das peças relacionadas no item 4.2;**
- Verificação das condições operacionais do equipamento após a substituição;
- Partir chiller;
- Log chiller;
- Limpeza e finalização do serviço;
- Diário de serviço do chiller;
- Emissão de relatório técnico.

Nota: Materiais, peças e/ou serviços adicionais que se tornem necessários durante os serviços que não estiverem citados nesta proposta, serão objetos de orçamento complementar.

Relatório de Serviço

Após colocação em operação do chiller, coletaremos os dados de operação obtidos através dos seus sensores instalados. Esses dados permitirão uma análise minuciosa de tendências operacionais da unidade. Também resgataremos e analisaremos os registros dos últimos eventos de alarmes ocorridos no Chiller. Ao final de cada manutenção, será entregue o relatório dos serviços contendo comentários da análise do equipamento e os principais itens de configuração e operação dos equipamentos.

4.1 Mão de obra / Serviços (CNPJ: 01.610.517/0018-03)

4.2 Partes e peças as serem enviados como simples remessa para execução dos serviços (CNPJ 01.610.517/0014-80)

**TRANE®**

It's Hard To Stop A Trane.[®]

32	2	ANEL O RING BORRACHA ELASTOM. DIAM EXT 23,56MM X 2,95 CORDAO
33	2	VALVULA DE SERVICO DE REFRIGERACAO DE 14 NPTE
34	3	OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO POLYOL ESTER POE EM GALAO DE 3,7
35	2	TRANSDUTOR DE PRESSAO AKS1008-
36	2	VALVULA BORBOLETA 5"TIPO WAFER
37	1	SUPERVISOR TENSÃO TRIF. MPX 293 -380V
38	1	CONT. CWB 9.11 (110V 50/60HZ) 9A
39	1	MODULO DUPLO TRIAC SAIDA COM CONECTORES CODE 00-718109
PEÇAS EQUIPAMENTO SÉRIE B0118C0010		
40	2	FILTRO DE OLEO MINERAL PARA COMPRESSOR SEMI HERMETICO
41	2	GAXETA EM POLICLOROPRENO REVESTIDO
42	2	SENSOR DE TEMPERATURA P/ CH530
43	2	CHICOTE PARA COMUNICACAO DE MODULOS ELETRONICOS DE 24 VOLTS
44	2	CHICOTE DE COMUNICACAO EM 24 VOLTS PARA CHILLER CGADRTAC RTHD RTWD
45	5	CHICOTE DE COMUNICACAO EM 24VOLTS PARA CHILLER CGADRTAC
46	6	CHICOTE COM CONEXAO GLOBAL EXTENSAO DE 3937POL
47	3	CHICOTE DE COMUNICACAO COM CONECTOR GLOBAL EXTENSAO DE 2000 MM
48	1	CHICOTE ELETRICO MUNIDO DE CONEXAO
49	4	VALVULA REDUTORA DE PRESSAO E VAZAO
50	4	VALVULA DE SERVICO ANGULAR PARA REFRIGERACAO DE 14 NPTE X 38 SAE
51	2	VALV.ANGULAR 1 1/8"
52	2	ANEL O RING BORRACHA ELASTOM. DIAM EXT 23,56MM X 2,95 CORDAO
53	2	VALVULA DE SERVICO DE REFRIGERACAO DE 14 NPTE
54	3	OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO POLYOL ESTER POE EM GALAO DE 3,7
55	4	GAS REFRIG DUPONT/CHEMOURS - SUVA 134A (CIL. 13.62 KG DESCA
56	1	SUPERVISOR TENSÃO TRIF. MPX 293 -380V

- Estoque a ser confirmado no recebimento do pedido;
- Prazo estimado para entrega das peças disponíveis em estoque até 15 dias úteis;
- Prazo estimado para entrega das peças não disponíveis em estoque 90 / 150 dias. Prazos médios informados.

5. Condições Comerciais

5.1 Interrupção dos serviços por decisão do Cliente

No caso de interrupção dos serviços por solicitação do Cliente, os serviços já executados serão medidos e faturados proporcionalmente a sua execução até a data da paralisação. O valor para nova mobilização e início das atividades será pago pelo Cliente.

5.2 Condição de Pagamento (sujeita a aprovação de crédito)

100% à 28 dias da data de emissão da Nota fiscal de serviço.

5.3 Impostos: Serviços e Materiais :

- PIS; COFINS; CSLL; IR; INSS; ISS;
- Por favor, indicar no pedido quais são os tributos com as respectivas alíquotas que sofrerão retenção em sua companhia:

NOTA IMPORTANTE:

ST (Substituição Tributária): Os preços acima não contemplam a Substituição Tributária (Pedidos Revenda) ou Diferencial de Alíquotas (Pedidos Consumo/Imobilizado) (desconsiderar nos casos que este esteja destacado na tabela de preços), fazendo-se necessária a cobrança de ICMS ST de acordo com legislação atualmente em vigor, os respectivos itens serão faturados com os valores ICMS ST destacados na NF (se houver protocolo/convenio entre os estados).

Na ocorrência de alterações nos impostos considerados ou em suas alíquotas, novos impostos, haverá o consequente ajuste nos preços ofertados.

5.4 Garantia:

Garantia para os serviços, partes e peças é de 90 dias a contar da data de conclusão dos serviços ou faturamento da peça, conforme Código de Defesa do Consumidor, observando os termos e condições gerais da proposta.



6. Exclusão Trane

- O exercício de atividades em locais/instalações que apresentem condições de periculosidade conforme estabelecido na NR 16, tais como subestações e cabines de alta tensão, área de estoque de gases e líquidos inflamáveis, explosivos, substâncias radioativas e radiações ionizantes, incidirão em acréscimo de 30% no valor do serviço prestado, item **não incluso** nesta proposta. A avaliação será feita com base na caracterização do posto de trabalho via laudo de periculosidade do cliente e/ou avaliação de área de segurança do trabalho da Trane. Uma vez caracterizada a periculosidade, nos termos da NR 16, será adicionado ao valor do serviço prestado o adicional de 30%, o qual deverá ser pago integralmente pelo Cliente, nos termos da presente proposta.

- Tratamento químico da água gelada;
- Trabalhos de construção civil, hidráulica e elétrica em geral relacionados à movimentação vertical e horizontal do compressor;
- Manutenção em equipamentos periféricos, pertencentes à instalação como: bombas, torres de resfriamento, válvulas, tubulações, chaves de fluxos, etc.;
- Recomposição do isolamento térmico das partes frias do equipamento;
- Nivelamento da unidade com o plano horizontal de referencia;
- Inspeções e manutenções dos demais equipamentos instalados em conjunto com a unidade objeto desta proposta, tais como, bombas de circulação de água gelada e sistemas elétricos, sistemas de ventilação e outros;
- Peças necessárias para serviços corretivos que não estiverem orçadas na proposta;
- Serviços referentes a sistema de automação e periféricos, instalação de componentes, etc.;
- Não inclui serviços de limpeza mecânica interna dos tubos dos trocadores de calor;
- Não inclui serviços de limpeza das aletas das serpentinas condensadoras;
- Serviços de pintura das unidades;
- Serviços corretivos não citados nesta proposta;
- Movimentação horizontal ou vertical de cargas pesadas nas dependências do cliente;
- Serviços de manutenção preventiva ou corretiva no variador de frequência.
- Serviços corretivos no Sistema de Automação e periféricos;
- Atualização de periféricos e Up Grade de Software de automação;

7. Validade

Esta proposta é válida pelo prazo de 90 dias, contados da data da proposta, ficando a celebração do negócio condicionada à verificação e prévia aprovação pela Trane do crédito do cliente.



e ação ou não por e/ou incapacidade de obter ou manter em vigor as autorizações governamentais necessárias, licenças, certificados ou aprovações se não forem causadas pela CONTRATADA; e as determinações de qualquer governo aplicável de qualquer forma que requisite o material e/ou produto acabado para o benefício direto ou indireto do governo.

VII – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - Renewal / Funding option: Em caso de rescisão imotivada por iniciativa do CONTRATANTE, antes de decorrido o prazo de vigência inicial, o valor da multa por rescisão será o indicado na Proposta Comercial. Equipamentos:

Caso, após a produção do(s) equipamento(s), a CONTRATANTE fique impossibilitada de recebê-los, a responsabilidade pela contratação e pagamento da respectiva armazenagem será de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATANTE. Caso o equipamento não seja retirado das dependências da CONTRATADA na data ajustada, esta cobrará da CONTRATANTE diária de armazenagem a partir do 3º. (terceiro) dia útil de atraso e cujo valor corresponderá a 0,1% do pedido. - Medição de Qualidade de Energia: Previamente à instalação, é obrigatória a Contratação do serviço de Medição de Qualidade de Energia, seja diretamente pela CONTRATADA seja pela contratação de terceiros. No caso de o CONTRATANTE optar pela Contratação de terceiros, a CONTRATADA aceitará como válidos somente relatórios e laudos emitidos por profissionais habilitados para realizar tal atividades e regularizados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ("CREA") competente, assim como deverá ser emitida e devidamente recolhida a Anotação de Responsabilidade Técnica ("ART"). No caso de não serem comprovadamente atendidas as recomendações efetuadas pelo responsável técnico da CONTRATADA ou pelo terceiro contratado cujo relatório tenha sido aceito pela CONTRATADA, a garantia não subsistirá quando reivindicada em decorrência da qualidade do fornecimento de energia no estabelecimento do CLIENTE FINAL.

VIII – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. As Partes se submetem ao cumprimento dos deveres e obrigações referentes à proteção de dados pessoais e se obrigam a tratá-los de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 e Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016 (“Marco Civil da Internet”) e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”), no que couber e conforme aplicável. As Partes deverão garantir que seus empregados, agentes e subcontratados observem os dispositivos dos diplomas legais em referência, relacionados à proteção de dados, incluindo, mas não se limitando à LGPD, sendo que cada Parte será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD.

IX – ENTREGA E ATRASOS. A(s) data(s) de entrega indicada(s) na proposta e/ou pedido de compra é(são) a mais precisa possível até aquele momento e a CONTRATADA usará todos os esforços comercialmente possíveis e razoáveis para entregar o(s) Equipamento(s) e/ou Serviço(s) dentro da data estimada de entrega, ficando certo, contudo, que se as datas de entrega não puderem ser honradas a CONTRATADA entregará os Equipamentos e/ou Serviços assim que possível e em nenhum caso será responsável por quaisquer danos ou despesas causadas pelos referidos atrasos. Para os EQUIPAMENTOS importados, cujas partes sejam importadas e/ou liberadas em etapas distintas, a CONTRATADA poderá efetuar entrega de forma parcial. Se e quando aplicável, uma notificação da CONTRATANTE para a liberação da produção na fábrica da CONTRATADA não for recebida dentro de 6 (seis) meses após a aceitação do pedido, a CONTRATADA reserva o direito de cancelar qualquer pedido.

X – PREÇOS E IMPOSTOS. Os preços dos Equipamentos estão sujeitos a alterações a qualquer momento antes do embarque para refletir quaisquer aumentos de custos relacionados à fabricação, fornecimento e transporte marítimo, aéreo ou terrestre. Isso inclui, mas não se limita a, aumento de custos em matérias-primas, componentes de fornecedores, mão-de-obra, utilidades, frete, logística, salários, impostos e benefícios, conformidade regulatória ou qualquer outro evento além do controle da CONTRATADA. Se a remessa estiver atrasada devido às ações da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá cobrar daquele as taxas e despesas de armazenamento respectivas. A CONTRATADA terá direito a ajustes equitativos no preço do contrato para refletir quaisquer aumentos de custos conforme estabelecido acima e fornecerá aviso prévio à CONTRATANTE Cliente informando a data na qual o preço reajustado passará a vigorar.

XI – DISPOSIÇÕES FINAIS a) Todas as cláusulas deverão ser interpretadas em função da modalidade de contratação definida na Proposta Comercial. Cláusulas incompatíveis com o objeto contratual deverão ser simplesmente desconsideradas; b) Todos os serviços e/ou equipamentos que não tenham sido expressamente mencionados na Proposta Comercial estão excluídos do escopo contratual, ainda que tenham sido mencionados em mensagens e/ou correspondências trocadas entre os representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA; c) A CONTRATADA garante os serviços prestados pelo prazo estipulado na proposta comercial, contados da inspeção de aceitação a ser realizada pela CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do término dos trabalhos. Decorrido tal prazo sem a inspeção pela CONTRATANTE, considerar-se-ão automaticamente aceitos os serviços realizados, iniciando-se então o prazo de garantia; d) Para os equipamentos, o prazo de garantia será o indicado no respectivo Certificado de Garantia que os acompanha; e) Na eventualidade de conflito ou dúvida entre as cláusulas aqui avençadas e aquelas estipuladas e constitutivas na proposta comercial e seus anexos, sempre prevalecerão as deste contrato; f) A assinatura deste contrato não significa a concessão de exclusividade por qualquer das partes à outra, ficando desde logo estabelecido que as partes poderão organizar e planejar livremente seus negócios; g) Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título; h) A CONTRATADA declara que não emprega e/ou utiliza, e se obriga a não empregar e/ou utilizar, durante o prazo de vigência deste contrato, mão-de-obra infantil na consecução do objeto contratual, assim como não contrata e/ou mantém relações com quaisquer outras empresas que lhe prestem serviços (parceiros, fornecedores e/ou subcontratados) que utilizem, explorem e/ou por qualquer meio ou forma empreguem o trabalho infantil, nos termos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069/90 e demais normas legais e/ou regulamentares em vigor; i) A nulidade ou invalidade de qualquer das disposições deste contrato não implicará na nulidade ou invalidade das demais, sendo que as disposições consideradas nulas ou inválidas deverão ser reescritas, de modo a refletir a intenção inicial das partes em conformidade com a legislação aplicável; j) Este instrumento constitui o entendimento integral entre as PARTES e revoga expressamente todas e quaisquer tratativas ou discussões entre elas em relação ao objeto deste contrato; k) Nenhuma alteração deste instrumento será considerada válida, exceto se acordada expressamente por meio de aditamento contratual escrito e assinado pelas partes ou se constar de novo contrato firmado em substituição a este, o que deverá estar expresso; l) A CONTRATADA poderá nomear ou subcontratar qualquer de suas obrigações sem que isto a desobrigue de suas responsabilidades perante a CONTRATANTE. A CONTRATANTE deverá ser notificada da visita do pessoal subcontratado com antecedência de forma a permitir o acesso aos seus instrumentos e ferramentas; m) A CONTRATADA se reserva o direito de não executar qualquer trabalho quando as condições de segurança do local de trabalho ou instalação ponham em risco a integridade física de seus funcionários e/ou subcontratados; n) A presente contratação não implicará em nenhum vínculo empregatício, securitário, previdenciário ou de outra natureza, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA e/ou profissionais por esta disponibilizados para os trabalhos, razão pela qual a CONTRATADA assumirá e responderá por toda e qualquer responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, securitárias ou previdenciárias relativas a seus profissionais, perante a Justiça do Trabalho e/ou demais Instâncias Judiciais ou Administrativas; o) As partes se obrigam a manter sigilo sobre as informações por detidas e/ou recebidas em razão dos serviços prestados sob este contrato, tais como especificações, dados técnicos, dados comerciais e outros, não as divulgando de qualquer forma, sob qualquer pretexto, senão o estritamente necessário para a execução dos serviços ora avençados; p) O presente instrumento, incluindo todas as páginas que o compõe e eventuais anexos, são constituídos por meio eletrônico. Dessa forma, as Partes ajustam e concordam, desde já, em utilizar a comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo as assinaturas eletrônicas na plataforma D4sign (www.D4sign.com.br), nos termos da Medida Provisória 2.200-2, Código Civil, Lei n. 12.682/12, Resoluções do Comitê Gestor do ICP e Instruções Normativas do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, que regulam a matéria.

XII – FORO As partes elegem o Foro da cidade de São Paulo/SP como o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato e de seus anexos.



Emitido em 06/05/2025

CONTRATO Nº 626/2025 - CFC-PROAD (12.69.11)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 06/05/2025 12:40)

FERNANDO BATISTA DOS SANTOS

AUX EM ADMINISTRACAO

CFC-PROAD (12.69.11)

Matrícula: ###324#5

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **626**, ano: **2025**, tipo:
CONTRATO, data de emissão: **06/05/2025** e o código de verificação: **9d7eca12c5**